



14

Relatório
e **contas**
consolidadas

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.

O Relatório e Contas Consolidadas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 27 de Março de 2015

Índice

Relatório Consolidado de Gestão	8
Contas Consolidadas do Exercício	19
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	24
1. Empresas incluídas na consolidação.....	24
1.1. Designação das Entidades	24
1.2. Natureza da actividade	24
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. 25	
2.1 Disposições gerais	25
2.2 Derrogações às disposições do SNC	25
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	25
3. Principais políticas contabilísticas.....	25
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas	26
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	26
3.3 Principais estimativas e julgamentos.....	37
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	40
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	40
4. Fluxos de caixa	40
4.1 Saldos não disponíveis para uso	40
4.2 Desagregação de valores	41
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	41
6. Activos fixos tangíveis	42
7. Participações financeiras – outros métodos.....	44
8. Ativos financeiros detidos para venda.....	45
9. Impostos sobre o rendimento.....	45
10. Inventários	47
11. Clientes.....	48
12. Estado e outros entes públicos.....	49
13. Outras contas a receber.....	50
14. Diferimentos	51
15. Capital realizado.....	51

16.	Reservas legais	52
17.	Outras reservas	52
18.	Resultados transitados consolidados	52
19.	Excedentes de revalorização.....	53
20.	Outras variações no capital próprio	53
21.	Financiamentos obtidos	54
22.	Outras contas a pagar.....	55
23.	Fornecedores.....	56
24.	Vendas e serviços prestados	56
25.	Subsídios à exploração	57
26.	Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos	57
27.	Variação nos inventários da produção.....	57
28.	Trabalhos para a própria entidade	58
29.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	58
30.	Fornecimentos e serviços externos	59
31.	Gastos com pessoal.....	60
32.	Outros rendimentos e ganhos	61
33.	Outros gastos e perdas	62
34.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	62
35.	Juros e gastos similares suportados	63
36.	Garantias.....	63
37.	Acontecimentos após a data de balanço	64
	Certificação Legal de Contas.....	66
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	68

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862

Relatório Consolidado de Gestão

Senhores Accionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas Consolidado da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. (Grupo HF) respeitante ao exercício de 2014.

APRESENTAÇÃO

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.(SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Tem como actividade o transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo. O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

CONDIÇÕES QUE DETERMINARAM A CONSOLIDAÇÃO

As empresas mencionadas foram objecto de consolidação por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.

ENQUADRAMENTO GERAL

O Grupo HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de actuação, na Região Autónoma da Madeira, enfrentando uma difícil orografia e vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa.

O Grupo HF está implantado no mercado com empresas orientadas para servir o cliente com qualidade e segurança. Prima pelas infra-estruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos e informação fornecida de apoio ao cliente.

O Grupo HF, atento à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida, com o objectivo de aumentar a sua eficiência e recuperação económica e financeira.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do turismo. De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico artístico, e cada vez mais, o desportivo. Deste modo, o Grupo HF, através da sua atividade, serviços de turismo, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações, para além dos serviços em geral, que presta.

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS E SITUAÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a RAM também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, assente em medidas estruturais de consolidação orçamental, foi acordado o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para a RAM. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de forma a reduzir a despesa e aumentar a receita. Em resultado, registou-se uma grande retração da economia, com a redução do rendimento das famílias, e uma elevada taxa de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para a descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade do Grupo HF.

O Plano acima referido tem como objetivo contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impõe, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário.

Tais medidas não sortiram os efeitos desejados, pelos seguintes factos:

- O ainda elevado custo litro/gasóleo, custo incontrolável e não refletido no tarifário, tendo implicações diretas nos gastos da empresa;

- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012, 2,4% em 2013 e 2% em 2014 contribuiu, em parte, para uma redução significativa da procura e retração da receita;
- O aumento de 1% na Taxa do IVA dos nossos serviços, em 2012, contribuiu também negativamente nos nossos proveitos, já que o mesmo foi absorvido pelas receitas;
- A redução das indemnizações compensatórias, dos anos de 2010 a 2014, influenciaram directamente as receitas e os resultados, contribuindo para o desequilíbrio económico e financeiro da empresa.
- No exercício de 2012, onde as medidas foram mais intensificadas, as necessidades de tesouraria agravaram-se e o Passivo Corrente do Grupo cresceu. Em 2013, esta situação, foi, em parte, regularizada com alienação da participação financeira na empresa Teleféricos da Madeira S.A., que veio contribuir para aumentar o saldo de tesouraria, sendo pagos fornecedores e amortizado parte dos empréstimos bancários que estavam em fase de mora. Neste exercício como nos anteriores, o Grupo HF continuou a sentir dificuldades financeiras decorrentes da redução do montante das Indemnizações Compensatórias.

Apesar dos reflexos desencadeados ao nível do consumo em geral, e também na utilização do transporte público, o cumprimento das normas que impuseram reduções nas remunerações e proibiram valorizações remuneratórias revelou-se positivo, permitindo a redução de custos com o pessoal e uma melhor performance dos resultados.

Neste exercício, verificou-se uma melhoria nos resultados operacionais. No entanto, o peso dos encargos financeiros, exerceu um efeito negativo no resultado final.

Tendo em consideração a necessidade de reduzir os custos e de aumentar os proveitos, foram tomadas algumas medidas das quais se destacam:

- Adaptação da oferta à procura, reajustando alguns horários e reduzindo assim o número de quilómetros percorridos, sem afetar a qualidade do serviço prestado;
- Redução do número de trabalhadores, através de acordos de cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
- Colocação à concorrência, através da contratação pública, a aquisição de bens e serviços, dos quais destacamos o fornecimento dos combustíveis e a carteira de seguros;
- Promoção de iniciativas, direccionadas para a sustentabilidade dos transportes, como abaixo se descreve:
 - Distribuição de mapas de rede com a promoção das novas ferramentas de informação;
 - Emissão de guias informativos em Inglês e Português;

- Colocação de um painel informativo no Porto do Funchal e afixação de informação sobre os transportes públicos na Gare Marítima, com sugestão de roteiros e indicação dos locais de venda de títulos;
- Distribuição de folhetos de roteiros turísticos;
- Divulgação do calendário de eventos nos hotéis e no website;
- Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa com um Guia “Descobrir a Madeira de autocarro;
- Introdução de uma nova categoria de pontos de venda “Postos Kit Turista” no site da HF;
- Colocação à venda de títulos combinados entre Funchal, rede HF, a Camacha, o Curral das Freiras e Santana e vice-versa;
- Proposta para a introdução de um novo título de transporte, multiviagens, um dia, combinado entre o serviço Urbano, Interurbano e Eco.

No serviço de Turismo, alugueres ocasionais, tal qual nos últimos anos, em consequência da redução da procura, principalmente das agências de viagens, o número de serviços prestados e o número de passageiros transportados diminuiram.

Afigura-se conveniente desenvolver uma política de marketing, baseada em estudos de mercado e estreito relacionamento com as agências de viagens, de forma a melhorar o binómio serviço/valor acrescentado, para relançar a actividade e rentabilizar o serviço.

Neste exercício houve a necessidade de aumentar o Capital Social, em um milhão de euros, em dinheiro, para fazer face à aquisição de dois terrenos que faziam parte do espaço onde se encontra implantada a Estação da HF. Assim, em Assembleia Geral Extraordinária, de 06/08/2014, foi decidido aumentar o Capital Social em um milhão de euros, passando de 16.500.000,00 euros para 17.500.000,00 euros.

..

PAINEL DE BORDO

4 Números	2014	2013
Viaturas	264	281
Motoristas	322	333
Metalúrgicos	96	102
Total de trabalhadores	510	554

3 Indicadores	2014	2013
Motoristas / viatura	1,22	1,19
Metalúrgicos / viatura	0,36	0,36
Total trab. / viatura	1,93	1,97

A OFERTA

Carreiras

A exemplo dos anos anteriores a rede de exploração mantém-se neste exercício praticamente inalterável. A extensão da rede simples na HF era de 199 km, e de 232 Km na SG.

Foram percorridos 7,3 milhões Km, sendo 5,8 na HF e 1,5 na SG, menos 280 mil Km que no ano anterior.

Foram realizadas na HF 774 mil viagens, menos 55 mil que no ano anterior e na SG 55 mil viagens, menos mil que no ano anterior.

Foram efectuadas alterações na oferta de serviços, dando continuidade às já implementadas nos anos anteriores. Foi aplicado um novo planeamento, operacional, com ajustamentos de horários e viagens, principalmente para os fins-de-semana e feriados.

Serviço de turismo

Nos indicadores da oferta realça-se o decréscimo de 154 serviços realizados, em menos 81.390 Km percorridos.

O material circulante afecto a estes serviços apresenta uma idade média desajustada o que, para além de ser uma desvantagem face à concorrência, tem reflexos negativos na imobilização e nos custos da manutenção.

A frota disponível, manteve a tipologia de 53, 24 e 18 lugares, num total de 39 unidades. Neste exercício foram transferidas 4 viaturas para o Serviço Interurbano.

A PROCURA

Carreiras

O número de passageiros transportados na HF foi de 18 milhões, menos 413 mil que no ano anterior e na SG 1,3 milhões, mais 14 mil passageiros.

Os factores que mais contribuíram para esta redução, no transporte urbano, terão sido o desemprego, a emigração e a redução da população residente no Funchal.

Verificou-se uma diminuição generalizada na quantidade de títulos de transporte, com influência directa, na receita da prestação de serviços.

Serviço de turismo

A procura provém essencialmente do serviço gerado pelo movimento de passageiros desembarcados dos navios cruzeiros que escalam o porto do Funchal. Pelos dados estatísticos e em relação ao ano anterior, o porto do Funchal registou uma descida no número de navios escalados e um aumento de passageiros desembarcados. No entanto, registou-se uma descida na procura dos serviços.

Destaca-se a redução na procura por grandes grupos de turistas, angariados pelas agências de viagens, em contraponto com um aumento dos pequenos grupos que se organizam especificamente para os eventos, recorrendo à grande diversidade de oferta existente, tanto para as viagens de avião a baixo custo, como para as estadias em hotéis e para os transportes terrestres alternativos aos serviços prestados pela SG.

Embora com menos relevo, para o somatório do volume de negócios, os outros serviços ocasionais efectuados pela SG subiram.

PARAGENS

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objetivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

ACTIVIDADE OFICINAL

Serviço oficial

As oficinas da HF asseguram a manutenção da frota do Grupo.

O grupo HF terminou o ano com 264 autocarros, menos 17 que no ano anterior, sendo 208 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida, 4 para o serviço da linha Eco, 39 para o serviço de turismo.

Foram alienadas 17 viaturas, 16 vendidas como sucata, dado que não se justifica a respectiva reconstrução ou reparação.

A idade média da frota urbana é de 18 anos, na da interurbana é de 25 anos e no turismo de 14 anos.

O custo quilómetro manutenção é de 0,30 euros na frota urbana, de 1,12 euros na interurbana e de 1,24 euros no turismo.

A média de consumo de combustível na frota urbana foi de 63,1 L/100Km, na interurbana foi de 58,4 L/100 Km e no turismo de 52,95L/100 Km.

RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro de 2014 era de 510 menos 44 que no ano anterior. Na HF era de 444, na SG de 66 trabalhadores.

A taxa de trabalho suplementar foi de 2,35% na HF e de 11,2% na SG. Estes valores em 2013 foram de 2,04% e 12,9%, respectivamente.

APROVISIONAMENTOS

As existências em armazém a 31 de Dezembro de 2014, são no montante de 819 mil euros, valor inferior ao ano anterior em 25 mil euros.

Neste exercício, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, efetuou-se ajustamentos nas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perda de imparidade é de 198 mil euros, menos 9 mil que no ano anterior.

AMBIENTE

O Grupo HF está firmemente comprometido com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactos decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia do Grupo HF.

ECONOMIA E FINANÇAS

Investimento

O montante total investido pelo Grupo HF ascendeu a 1.496 mil euros, deste valor destaca-se o montante de 880 mil euros na aquisição de dois terrenos, onde estão implantadas as instalações do grupo e 601 mil euros nas reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas.

De realçar que foram registados em activos intangíveis e amortizados, neste exercício, na sua totalidade, 103 mil euros para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários.

Financiamento

O Grupo HF neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, através do pagamento de amortizações de capital e respetivos juros, com excepção do financiamento no montante de 4.035 mil euros contraído no Banco BES, agora Novo Banco, que em 22 de Dezembro de 2014, ficou em mora de pagamento.

Esta situação decorreu de alguma demora na tomada de decisão quanto à aceitação das condições propostas para a necessária alteração contratual pela Secretaria Regional do Plano e Finanças. No entanto, à data deste relatório a situação já se encontra regularizada, sem que houvesse lugar ao pagamento de juros de mora.

Foi necessário recorrer a 3 novos financiamentos bancários, de curto prazo, no montante de 3 milhões de euros, com as seguintes finalidades e montantes utilizados:

- Para pagamento de compensações a trabalhadores- No valor de 1.milhão de euros, na Caixa Geral de Depósitos, pelo período de seis meses renováveis até 24 meses. Montante utilizado 790 mil euros;
- Para apoio à tesouraria- No valor de 1,5 milhões de euros, no Banco Bic, pelo período de seis meses renováveis. Montante utilizado- 1.320 mil euros;
- Para apoio à tesouraria- No valor de 500 mil euros, no Novo Banco, pelo período de nove meses. Não foi utilizado qualquer valor.

Atendendo às condições contratuais do financiamento de curto prazo, contraído junto do banco BIC, a HF amortizou, temporariamente, os créditos em conta corrente caucionada existentes no Banco Santander em 500 mil euros e 525 euros no Montepio Geral.

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício, negativo, é no valor de 646.968,71 euros. No exercício anterior o resultado líquido foi positivo no montante de 2.724.585,61 euros.

A tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no montante estimado de 13 mil euros. Os impostos diferidos totalizaram 226 mil euros. O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado nas demonstrações financeiras, é no valor de 213 mil euros.

É de recordar que o resultado líquido, positivo do exercício de 2013, no montante de 2.725 mil euros, não resultou da atividade normal da empresa, mas sim, de medidas de carácter

extraordinário, cujos valores resultaram em redução de custos e aumento de proveitos no montante aproximado de 3.451 mil euros, como abaixo se descreve:

- Reposição do corte do subsídio de férias, 594 mil euros;
- Alienação da participação na empresa Teleféricos da Madeira por 4.125 mil euros, que gerou uma mais-valia no montante de 4.045 mil euros.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Grupo HF, em 2015, realizará investimentos na aquisição de 4 novas viaturas para as Zonas Altas.

O tarifário em 2015 não foi aumentado.

O Grupo HF continua a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspectivas de crescimento económico e redução do desemprego, as quais são insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a performance da actividade.

O grupo vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos.

Os custos com os combustíveis, gasóleo, são, numa atitude prudente, estimados em baixa ligeira, atendendo à evolução do preço do petróleo no mercado e ao melhor preço obtido nas condições de aquisição.

Dar-se-á continuidade ao pagamento das dívidas em atraso de forma a reduzir a antiguidade de saldos a fornecedores de bens e serviços.

O Grupo deverá receber as Indemnizações Compensatórias do ano 2015, nas mesmas condições do ano que terminou. Contudo, à data deste relatório, ainda não foi assinado o respectivo protocolo.

A privatização do Capital da HF, por parte do GRM, das participações financeiras detidas, diretamente pela RAM e indiretamente pela EEM, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, pelo que estão a ser desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização. É de realçar que existe parcelas de terrenos, pertencente a terceiros, onde está implantado o edifício Sede da HF e o edifício na Camacha, que se encontram num processo de aquisição, por parte da HF e do GRM, não resultando deste, qualquer responsabilidade para a HF.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício Consolidadas, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade do Grupo HF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas Consolidadas do exercício e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo, no valor de 646.968,71 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados do grupo HF.

Funchal, 11 de Março de 2015

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

João Alcindo de Freitas Vogal

António José Jardim Faria Vogal

Contas Consolidadas do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	Ano	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	26.888.945,85	27.477.936,46
Activos Intangíveis		0,00	0,27
Participações financeiras - outros métodos	7	14.414,55	14.414,55
Outras contas a receber	13	1.413.269,64	3.982.578,59
		28.316.630,04	31.474.929,87
Activo corrente			
Inventários	10	703.792,38	722.885,90
Activo corrente			
Clientes	11	787.649,03	873.605,81
Adiantamentos a fornecedores		700,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12	422.268,50	491.040,95
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	13	2.962.452,90	3.672.120,43
Diferimentos	14	32.033,50	168.367,28
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	8	4.132,53	3.806,07
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	939.646,57	2.262.058,43
		5.854.825,73	8.196.035,19
Total do activo		34.171.455,77	39.670.965,06
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	17.500.000,00	16.500.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	16	256.204,46	119.975,18
Outras reservas	17	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	18	-22.611.719,77	-25.472.972,50
Ajustamentos em activos financeiros		-15.153,182	-15.149,97
Excedentes de revalorização	19	16.634.342,65	16.576.595,61
Outras variações no capital próprio	20	859.971,41	1.151.116,90
Resultado líquido do período		-646.968,71	2.724.585,61
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		11.979.962,09	11.587.472,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	21	4.483.083,70	7.369.344,12
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	9	3.577.973,94	4.159.244,84
Outras contas a pagar			
		8.061.057,64	11.528.588,96
Passivo corrente			
Fornecedores	23	1.605.046,01	3.074.388,74
Adiantamento de clientes		1.000,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12	302.151,79	593.650,14
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	21	10.022.834,59	10.247.680,90
Outras contas a pagar	22	1.711.331,64	2.141.367,91
Diferimentos	14	488.072,01	497.815,71
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		14.130.436,04	16.554.903,40
Total do passivo		22.191.493,68	28.083.492,36
Total do capital próprio e do passivo		34.171.455,77	39.670.965,06

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Ano	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	24	17.136.182,53	17.242.957,33
Subsídios à exploração	25	3.902.858,73	4.345.103,70
Ganhos/perdas imp. subs., associadas e empreendimentos conjuntos	26	0,00	450.000,00
Variação nos inventários da produção	27	16.475,25	-59.004,03
Trabalhos para a própria entidade	28	840.847,53	810.760,32
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	29	-7.011.461,68	-7.391.677,44
Fornecimentos e serviços externos	30	-1.843.200,88	-1.922.442,54
Gastos com pessoal	31	-11.705.873,15	-11.665.001,21
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-9.252,22	74.286,35
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 12 e 13	1.968,92	139.304,86
Provisões (aumentos/reduções)		-5.000,00	
Imp. de inv. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7		2.629,29
Aumentos/reduções de justo valor	8	-2.275,30	2.090,59
Outros rendimentos e ganhos	32	1.227.052,29	5.414.698,06
Outros gastos e perdas	33	-125.964,77	-85.1068,36
Res. antes de dep., gastos de financiamento e impostos		2.422.357,25	6.592.636,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34	-2.183.210,99	-2.226.201,77
Imp. de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Res. operacional (antes de gastos de fin. e impostos)		239.146,26	4.366.435,15
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	35	-1.099.007,44	-1.280.940,64
Resultado antes de impostos		-859.861,18	3.085.494,51
Imposto sobre rendimento do período	9	212.892,47	-360.908,90
Resultado líquido do período		-646.968,71	2.724.585,61

O Técnico de Contas

A Administração

FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	exercícios	
	2014	2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	18.052.230,13	18.633.359,03
Pagamento a Fornecedores	-12.830.907,81	-13.177.754,45
Pagamentos ao Pessoal	-7.027.754,34	-6.608.938,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.806.432,02	-1.153.333,76
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-420.176,49	-57.886,22
Outros recebimentos / pagamentos	4.357.231,37	7.880.392,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2.130.622,86	6.669.172,97
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-2.083.828,86	-1.210.702,26
Outros ativos	-2.601,76	
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis		
Subsídios ao Investimento	197.213,05	2.646,87
Juros e Rendimentos similares	2.772,60	5.465,71
Dividendos		450.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.886.444,97	-752.589,68
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	2.779.840,73	11.256.666,60
Realizações de capital e outros inst. Capital próprio	1.000.000,00	11.256.666,60
Pagamentos de		
Financiamentos Obtidos	-5.136.306,95	-14.603.740,89
Juros e gastos similares	-479.430,16	-1.166.108,82
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1.835.896,38	-4.513.183,11
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.591.718,49	1.403.400,18
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.262.058,43	858.658,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	670.339,94	2.262.058,43

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013											
		Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
			C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. liq. período	
Posição no início do período	1		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.630.113,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.879.909,33
Alterações no período											
Exc. rev. AFT e intang. e r. variações		25				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento		26							-451.728,13		-451.728,13
Ajustamentos por impostos diferidos		23, 25 e 26				-98.008,74		390.397,39	142.357,09		434.745,74
Variações de capital em participadas		24					-39,85				-39,85
Aplicação do resultado líquido do período		23				-2.136.884,77				2.136.884,77	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	-1.842.858,56	-39,85	-1.637,56	-309.371,04	2.136.884,77	-17.022,24
Resultado líquido do período	3									2.724.585,61	2.724.585,61
Resultado extensivo	4=2+3									4.861.470,38	4.861.470,38
Posição no fim do período	5=1+2+3		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.472.972,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.587.472,70
O Técnico de Contas						A Administração					

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2014											
		Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
			C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. liq. período	
Posição no início do período	5		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.472.972,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.587.472,70
Alterações no período			1.000.000,00			83.714,00					1.083.714,00
Exc. rev. AFT e intang. e r. variações		18,19 e 20				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento		18,19 e 20							-398.999,22		-398.999,22
Ajustamentos por impostos diferidos		23, 25 e 26				-202.852,55		449.781,99	107.853,73		354.783,17
Variações de capital em participadas							-39,85				-39,85
Aplicação do resultado líquido do período		16 e 18		136.229,28		2.588.356,33				-2.724.585,61	0,00
	6		1.000.000,00	136.229,28	0,00	2.861.252,73	-39,85	57.747,04	-291.145,49	-2.724.585,61	1.039.458,10
Resultado líquido do período	7									-646.968,71	-646.968,71
Resultado extensivo	8=6+7									-3.371.554,32	-3.371.554,32
Posição no fim do período	9=5+6+7		17.500.000,00	256.204,46	139.663,87	-22.611.719,77	-151.531,82	16.634.342,65	859.971,41	-646.968,71	11.979.962,09
O Técnico de Contas						A Administração					

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

1. Empresas incluídas na consolidação

1.1. Designação das Entidades

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe e ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 -242 Funchal

1.2. Natureza da actividade

A natureza das actividades que constituem o Grupo HF é a seguinte:

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Cural das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo. Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 27 de Março de 2015, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2013.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos, edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, tendo a avaliação sido efectuada com data de referência a 01/01/2010, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos. A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efectuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efectuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores, no entanto, não originaram qualquer actualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, o Grupo HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, o Grupo HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para o Grupo HF nas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo o Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual o Grupo HF espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

O Grupo HF classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 74 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Locações

O Grupo HF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo HF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo HF procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

O Grupo HF não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo HF divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo HF;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo HF;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;

- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 11 de Março de 2015 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 36.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo HF determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo HF avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo HF.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos activos não correntes e goodwill

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo HF.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo HF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo HF, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos.
- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontram-se limitados a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projecções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, o grupo à data de 31/12/2014, reavaliou os activos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de activos fixos tangíveis

O Grupo HF em 2010, valorizou os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente e teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

O valor da revalorização efectuada em 2010, em todos os nossos terrenos e edifícios, foi novamente validado, em 2014, por avaliações efectuadas por um perito externo e independente, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos activos e passivos durante o exercício de 2014.

Tendo em consideração os resultados transitados acumulados, negativos, assim como, o resultado negativo do exercício, o Grupo HF encontra-se dependente, da capacidade de articulação futura, dos rendimentos com os gastos de exploração, bem como, de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual, terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista do Grupo HF deveria proceder à sua privatização, facto que se prevê venha a ocorrer em 2015.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Caixa		
Caixa Principal	21.040,00	21.040,00
Caixa Transf. Fundos	8.118,13	9.080,54
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	27.024,07	2.075,26
Montepio Geral	7.454,14	11.055,34
Banco Espirito Santo	74.373,40	377.387,28
Banco BIC	141.674,28	
Banif	3.842,78	9.504,56
Caixa Geral de Depósitos	554.331,92	1.091.209,87
Millennium BCP	100.746,59	5.896,09
Int. Gestão do Crédito Público	580,68	580,68
Santerder Totta	460,58	34.228,81
Outros depósitos bancários		700.000,00
	939.646,57	2.262.058,43

Nos outros depósitos bancários, em 2013, o montante refere-se a três depósitos a prazo na Caixa Geral de Depósitos que se venceram um em Janeiro e dois em Fevereiro de 2014.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período o Grupo HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.899.593,83	8.019.480,36
Edifícios e outras construções	17.884.073,86	17.906.226,91
Equipamento básico	39.656.284,58	43.256.286,08
Equipamento de transporte	425.353,43	425.353,43
Equipamento administrativo	1.809.418,43	1.871.458,07
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2.300.861,91	2.326.632,93
Imobilizado em curso	34.833,38	34.833,38
	71.010.419,42	73.840.271,16
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	2.240.861,13	-572.474,35
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-46.362.334,70	-45.789.860,35
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
Valor líquido contabilístico		
	-44.121.473,57	-46.362.334,70
	26.888.945,85	27.477.936,46

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Abates / Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	8.019.480,36	880.113,47					8.899.593,83
Edifícios e outras construções	17.906.226,91			(22.153,05)			17.884.073,86
Equipamento básico	43.256.286,08	59.133,67		(4.200.942,63)		9.604,38	39.656.284,58
Equipamento de transporte	425.353,43						425.353,43
Equipamento administrativo	1.871.458,07	9.618,34		(72.794,78)		1.136,80	1.809.418,43
Outros activos fixos tangíveis	2.326.632,93	3.893,21		(18.923,05)		(10.741,18)	2.300.861,91
imobilizado em curso	34.833,38						34.833,38
	73.840.271,16	1.484.961,77	0,00	-4.314.813,51	0,00	0,00	71.010.419,42
Depreciação ac. e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	(459.685,00)						(459.685,00)
Edifícios e outras construções	(2.416.501,38)	(514.200,92)		22.153,05			(2.908.549,25)
Equipamento básico	(38.928.032,97)	(1.522.750,84)		4.206.749,35			(36.244.034,46)
Equipamento de transporte	(425.350,58)						(425.350,58)
Equipamento administrativo	(1.833.473,89)	(25.960,73)		73.237,93			(1.786.196,69)
Outros activos fixos tangíveis	(2.299.290,88)	(17.196,66)		18.829,95			(2.297.657,59)
	-46.362.334,70	-2.080.109,15	0,00	4.320.970,28	0,00	0,00	-44.121.473,57
Total	27.477.936,46						26.888.945,85

Nas adições ocorridas no período, destacam-se:

- Em terrenos e recursos naturais, 880 mil euros, na aquisição de dois terrenos onde está implantado o edifício da Estação da Fundoa;

- Em equipamento básico, 591 mil euros, na substituição de órgãos/componentes de viaturas. Estes, são reparados e substituídos nas nossas oficinas (trabalhos para a própria empresa).

Nos abates e alienações:

- Em edifícios e outras construções, 22 mil euros, referente a quiosques que se encontravam danificados e sem recuperação, tendo sido vendidos como sucata;
- Em equipamento básico, 4.201 mil euros, sendo:
 - 2.738 mil euros, do abate de 16 viaturas vendidas como sucata e 1 alienação;
 - 1.459 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por reparados.
- Em equipamentos administrativos e outros activos tangíveis, 92 mil euros, no abate de equipamentos avariados e sem recuperação encontrando-se para venda como sucata.

À data de 31 de Dezembro de 2014, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	5.555.355,99	-4.189.427,42	1.365.928,57	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis						
	5.555.355,99	-4.189.427,42	1.365.928,57	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	731.105,11	21.884,67	752.989,78	721.933,62	35.221,54	757.155,16
Entre um e cinco anos	875.308,55	17.521,73	892.830,28	1.603.829,05	46.711,62	1.650.540,67
Mais de cinco anos						
	1.606.413,66	39.406,40	1.645.820,06	2.325.762,67	81.933,16	2.407.695,83

A 31 de Dezembro existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do Equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de Compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	titulo de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	titulo de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	titulo de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	titulo de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

A 31 de Dezembro de 2014 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496	Financiamento bancário 1.250.000,00
Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	

O Grupo HF faz notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se a mesma não for liquidada na data de vencimento, 15/01/2023.

Em 2014, foram efectuadas avaliações, por um perito externo, em todos os terrenos e edifícios, propriedade da HF.

O valor global da avaliação atingiu o valor de 23.128.000,00 euros, tendo sido apurada uma diferença positiva de 201.486,00 euros. Atendendo ao valor, a HF não entendeu necessário proceder a qualquer alteração nas demonstrações financeiras.

7. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OPT, SA		15.000,00	-585,45	14.414,55	15.000,00	-585,45	14.414,55
		15.000,00	-585,45	14.414,55	15.000,00	-585,45	14.414,55

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Imparidade						
OPT, SA	-585,45					-585,45
	-585,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-585,45
Total	14.414,55					14.414,55

Não foi efectuado qualquer ajustamento, atendendo que não eram conhecidas as demonstrações financeiras daquela empresa.

8. Ativos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	10.532,23	2.601,76				13.133,99
	10.532,23	2.601,76	0,00	0,00	0,00	13.133,99
Imparidade						
BCP	-6.726,16			-2.275,30		-9.001,46
	-6.726,16	0,00	0,00	-2.275,30	0,00	-9.001,46
Total	3.806,07					4.132,53

Refere-se a 62.900 acções do BCP. Neste exercício foram adquiridas 47.027 acções aquando do aumento de capital daquele banco.

9. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos;

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio;

O Grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos activos e passivos que são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2013
Reavaliações contabilísticas			3.844.778,14	4.348.325,99
Outras diferenças				
Compensação activos e passivos por imp. diferidos			-497.345,24	-527.484,27
Subsídios não reembolsáveis			230.541,88	338.403,12
			3.577.974,78	4.159.244,84

Na compensação de activos e passivos por impostos diferidos, 497 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data e até ao montante que se estima reverter pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos (2.313 mil euros). Encontram-se corrigidos com a actualização da taxa de IRC, 21,5%, a ser aplicada no exercício de 2015.

Impostos diferidos passivos:

- Terrenos, 1.373 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.385 mil euros);
- Edifícios, 2.472 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (11.497 mil euros);
- Subsídios ao investimento não reembolsáveis, 231 mil euros, referentes a vários projectos subsidiados por fundos europeus.

Encontram-se corrigidos com a actualização da taxa de IRC, 21,5%, taxa a ser aplicada para o exercício de 2015.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2014	2013
Impostos correntes	13.574,89	356.353,08
Origem e reversão de diferenças temporárias	-226.471,40	4.566,78
	-212.896,51	360.919,86

O imposto corrente corresponde:

O imposto corrente, 14 mil euros, corresponde à estimativa do IRC a pagar e resultado das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis è analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2014	31-12-2013
2013		3.393.565,44
2014	7.703.392,09	7.703.392,09
2015	2.136.653,43	2.136.653,43
2017	1.730.844,18	1.730.844,18
2018	518.347,53	518.347,53
2026	1.004.303,74	
	13.093.540,97	15.482.802,67

10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Mercadorias	163.463,47	182.991,43
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	655.930,34	658.901,12
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	82.111,60	69.454,16
Reclassificação e regularização de inventários		
Adiantamentos por conta de compras		
	901.505,41	911.346,71
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-9.252,22	74.286,35
Imparidades de períodos anteriores	-188.460,81	-262.747,16
	-197.713,03	-188.460,81
Valor líquido contabilístico	703.792,38	722.885,90

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros;
- Nos restantes, nada de relevo a registar.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem

longe dos grandes centros de fornecimento de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, tem a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foi feito um ajustamento em 9 mil euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, 12 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	188.460,81	9.252,22		197.713,03
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e rabalhos em curso				
	188.460,81	9.252,22	0,00	197.713,03

11. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	1.013.281,50	1.114.527,64
	1.013.281,50	1.114.527,64
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	15.289,36	17.684,32
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-240.921,83	-258.606,15
	-225.632,47	-240.921,83
Valor líquido contabilístico	787.649,03	873.605,81

De salientar que 226 mil euros são respeitantes às vendas do nosso agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis, no ano anterior 262 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviço urbano	-5.359,30	-5.359,30	5.359,30	-5.359,30
Serviços de turismo	-233.666,53	-1.591,50	16.830,86	-218.427,17
Serviço interurbano	-1.896,00		50,00	-1.846,00
	-240.921,83	-6.950,80	22.240,16	-225.632,47

O reforço de imparidade registada respeita ao ajustamento de alguns clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de alguns clientes.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Cientes gerais	768.879,60	18.806,39	33.740,88	191.854,63
	768.879,60	18.806,39	33.740,88	191.854,63

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efectuar serviços e pagamentos. Estes encontram-se ajustados na sua totalidade.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Activo		
Imposto sobre o rendimento	221.690,72	30.578,28
IVA a recuperar	259.431,87	330.596,64
IVA reembolsos pedidos		160.000,00
Outros impostos	90,97	
Perdas por imparidade do periodo	-28.811,09	96.879,50
Perdas por imparidade de periodos anteriores	-30.133,97	-127.013,47
	422.268,50	491.040,95
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		252.579,14
Retenções de imposto sobre o rendimento	85.944,66	98.572,15
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officinas		
Outros impostos	9.074,18	8.806,89
Contribuições para a Segurança Social	207.132,95	233.691,96
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	302.151,79	593.650,14

O valor do imposto sobre o rendimento, activo, refere-se a dois pagamentos por conta no total de 163 mil euros, da análise efectuada e atendendo que não havia evidência de resultados positivos no exercício, não foi liquidado o terceiro pagamento, bem como, aos pagamentos especiais por conta, no montante de 59 mil euros que face à reduzida expectativa de recuperabilidade, não ser esperado resultados positivos futuros, foi registada uma perda por imparidade naquele mesmo montante;

Em IVA reembolsos pedidos, no valor de 160 mil euros, foi um pedido de reembolso solicitado à Autoridade Tributária em 2013. Foi recebido em 2014 dentro dos prazos fixados pela legislação.

No imposto sobre o rendimento, passivo, em 2013 refere-se à estimativa do imposto a pagar, IRC, no montante de 253 mil euros. Foi calculado com base no lucro tributável, deduzido dos prejuízos fiscais, legalmente previstos, acrescido das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistos. Inclui o valor, do imposto derrama Estadual e Municipal, calculados de acordo com a legislação em vigor. e deduzido dos pagamentos especiais por conta efectuados em exercícios anteriores..

13. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos Pessoal	44.617,58	43.064,42
Out. Operações Pessoal	87.346,28	87.800,12
Secretaria Regional Turismo e Transportes (GRM)	3.562.773,02	7.216.001,42
Estado e O. Entes Públicos	4.389,77	4.886,46
Outros devedores	1.292.339,00	1.006.337,62
	4.991.465,65	8.358.090,04
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	87.647,91	543.457,70
Imparidade de períodos anteriores	-703.391,02	-1.246.848,72
	-615.743,11	-703.391,02
Valor líquido contabilístico	4.375.722,54	7.654.699,02

Na Secretaria Regional, Cultura do Turismo e Transportes, são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. Estes valores vão ser facturados e recebidos por duodécimos até ao final de 2016. Por este facto, estão registados ajustamentos, relativos ao desconto da dívida. Neste exercício, foi efectuado o ajustamento do desconto, no montante de 108 mil euros, e foi reconhecido, nas demonstrações financeiras, em subsídios à exploração, de acordo com a NCRF nº. 20;

14. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	13.192,05	139.270,57
Desp. Bancárias	1.677,78	10.578,61
Diversos	17.163,67	18.518,10
	32.033,50	168.367,28
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Títulos de Transporte	463.587,21	465.753,70
Outros	24.484,80	32.062,01
	488.072,01	497.815,71

No que concerne a gastos a reconhecer releva-se os seguros que correspondem ao valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros resgatados em 2013;

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2015, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 a 31 de Dezembro de 2014.

15. Capital realizado

O capital social de 17.500.000,00 euros, representado por 3.500.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2013.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	EM 31/12/2014	EM 31/12/2013
Região Autónoma da Madeira	3.325.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	175.000	165.000

A variação da estrutura acionista justifica-se pelo aumento do Capital Social, em um milhão de euros, em dinheiro, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, de 06/08/2014, passando o Capital Social de 16.500.000,00 euros para 17.500.000,00 euros. Para sua representação foram emitidas 200.000 novas acções de 5,00 euros cada, distribuídas na proporção do Capital, cabendo 190.000 à Região Autónoma da Madeira e 10.000 à Empresa de Electricidade da Madeira.

16. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor actual destas reservas é de 256.204,46 euros.

17. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ldª, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

18. Resultados transitados consolidados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido, negativo, do exercício anterior, em 2.725 mil euros, deduzido da Reserva Legal, no montante de 136 mil euros, perfazendo um valor de 2.588 mil euros. 2.588 mil euros;

Das reversões de excedentes de revalorização dos edifícios, 392 mil euros e respectivo imposto diferido, no montante de 92 mil euros;

Dos impostos diferidos pela reversão dos subsídios ao investimento, 111 mil euros

19. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	18.886.615,98	19.278.650,93
Impostos diferidos	-3.844.778,14	-4.294.560,13
	16.634.342,65	16.576.595,61

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como do reconhecimento dos respectivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 392 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 92 mil euros.

Os impostos diferidos foram também ajustados pela variação da taxa de IRC a vigorar em 2015, ou seja de 23,5% para 21,5%.

20. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	841.718,57	1.132.864,06
Doações	18.252,84	18.252,84
Outras		
	859.971,41	1.151.116,90

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de 392 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 101 mil euros.

Os impostos diferidos foram também ajustados pela variação da taxa de IRC a vigorar em 2015, ou seja de 23,5% para 21,5%.

21. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	3.607.775,15	5.765.515,07
Locações financeiras	875.308,55	1.603.829,05
Outros financiadores		
	4.483.083,70	7.369.344,12
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	7.180.888,75	8.390.455,78
Descobertos bancários	2.110.840,73	1.100.000,00
Locações financeiras	731.105,11	721.933,62
Outros financiadores		35.291,50
	10.022.834,59	10.247.680,90

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	9.291.729,48	9.490.455,78
De 1 a 5 anos	3.148.803,98	5.173.203,66
A mais de 5 anos	458.971,17	592.311,41
Locações financeiras		
Até 1 ano	731.105,11	721.933,62
De 1 a 5 anos	875.308,55	1.603.829,05
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano		35.291,50
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
	14.505.918,29	17.617.025,02

À data de 31 de Dezembro de 2014, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2016	2017	2018	2019	Seguintes	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	1.591.304,00	1.297.965,20	6.274,96	133.259,82	458.971,17	3.487.775,15
Locações financeiras	555.287,57	285.925,51	34.095,47			875.308,55
Outros financiadores						
	2.146.591,57	1.583.890,71	40.370,43	133.259,82	458.971,17	4.363.083,70

Na coluna seguintes, os valores a apagar terminam no ano de 2023.

Dos quadros acima apresentados é de salientar o seguinte:

O Grupo HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos juros, com excepção do financiamento contraído no Banco BES, agora Banco Novo, que ficou em mora de pagamento no montante de 4.035 mil euros.

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias e governamentais, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como de reestruturação, fez com que o Grupo HF entrasse em mora de pagamento perante o Novo Banco. À data deste relatório a situação já se encontra regularizada. As condições contratuais mantêm-se, com excepção do plano de pagamento. Não houve lugar a pagamento de juros de mora.

Foi necessário recorrer a 3 novos financiamentos bancários, de curto prazo, no montante de 3.000.000,00 euros, com as seguintes finalidades:

- Para pagamento de compensações a trabalhadores- 1.000.000,00 euros na Caixa Geral de Depósitos, pelo período de seis meses renováveis até 24 meses. Montante utilizado 790.000,00 euros;
- Para apoio à tesouraria- 1.500.000,00 euros no Banco Bic, pelo período de seis meses renováveis. Montante utilizado- 1.320.000,00 euros;
- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros no Banco Novo, pelo período de nove meses. Não foi utilizado.

Atendendo às condições contratuais do financiamento de curto prazo, contraído junto do banco BIC, a HF amortizou, temporariamente, os créditos em conta corrente caucionada existentes no Banco Santander em 500.000,00 euros e 525.000,00 euros no Montepio Geral.

22. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Corrente		
Fornecedores de investimentos	61.854,80	226.304,48
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.510.298,71	1.623.457,95
Outros credores por acréscimos de gastos	90.833,92	197.421,82
Outros credores	31.721,48	78.201,83
Pessoal	16.622,73	15.981,83
	1.711.331,64	2.141.367,91

Abaixo descrevemos algumas variações significativas apresentadas nesta rubrica esta rubrica:

Foram regularizadas as dívidas em atraso para com fornecedores de investimentos;

Nas férias e subsídio de férias foi contabilizado o subsídio de férias a pagar em 2014. No ano anterior, por imposição legal, o subsídio a pagar no presente exercício foi cortado, no decorrer deste exercício o referido subsídio foi repostado e pago, resultando a variação acima apresentada;

Nos outros credores por acréscimos de gastos, são registados os abonos diversos a pagar ao

23. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c		
Gerais	1.603.079,57	3.081.503,75
Facturas em recepção e conferência	1966,44	-7115,01
	1.605.046,01	3.074.388,74

A variação existente deve-se ao facto de, em 2014, o Grupo HF ter efectuado pagamentos a fornecedores, que se encontravam com atrasos significativos.

O Grupo está a tentar repor a antiguidade de saldos entre os 90 e 120 dias. O saldo contém dívidas com planos de pagamento acordados entre as partes.

24. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Vendas		
Suportes	419.586,90	391.482,57
Serviços prestados		
Do serviço de transporte passageiros	15.914.735,23	15.993.552,68
Do serviço de Turismo	801.860,40	857.922,08
	17.136.182,53	17.242.957,33

Nas vendas, 28 mil euros pelo acréscimo de vendas de bilhetes de bordo, bem como pelo efeito da redução da taxa de Iva de 22% para 5%;

No total das vendas e prestações de serviços, transportes de passageiros, menos 79 mil euros, um decréscimo de 0,5%. O aumento médio do tarifário situou-se nos 2%.

A diferença apresentada, justifica-se pela redução na venda de quantidades de títulos, sendo mais acentuada no serviço interurbano do que no urbano:

No serviço de turismo, destaca-se a redução na procura por grandes grupos de turistas, angariados pelas agências de viagens, em contraponto com um aumento dos pequenos grupos que se organizam especificamente para os eventos, recorrendo à grande diversidade de oferta existente, tanto para as viagens de avião a baixo custo, como para as estadias em hotéis e para os transportes terrestres alternativos aos serviços prestados pela SG.

25. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2014	2013
Subsidio à exploração-Indemnização compensatória	3.902.228,73	4.342.363,70
Subsidio à exploração-outros	630,00	2.740,00
	3.902.858,73	4.345.103,70

O Grupo HF analisa os subsídios à exploração, do seguinte modo:

No subsídio à exploração, a diferença entre os 3.794 mil euros, fixada nos protocolos assinados em 2014, e os 3902 mil euros apresentados nas demonstrações financeiras, deve-se ao facto de ter sido registado um ajustamento relativo ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes no montante de 01 mil euros e é reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF nº. 20.

No exercício de 2013, o subsídio foi de igual valor mas com um ajustamento de 548 mil euros.

Os protocolos ainda referem que se após o apuramento final da Indemnização Compensatória, resultar um valor inferior ao montante máximo fixado, o subsídio será reduzido nesse mesmo montante.

26. Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos

Em dividendos e em 2013, encontram-se considerados o valor atribuído pela participação na empresa Teleféricos da Madeira o montante de 450 mil euros. Foi alienada naquele mesmo exercício.

27. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-57.832,60	-122.647,41
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	-7.803,75	5.810,78
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	82.111,60	57.832,60
Activos biológicos		
	16.475,25	-59.004,03

Esta rubrica regista o fabrico, recuperação de peças para inventários e trabalhos em curso para terceiros, efectados na nossa oficina.

28. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Activos fixos tangíveis	588.142,38	584.383,95
Activos intangíveis	87.100,04	84.167,45
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	165.605,11	142.208,92
	840.847,53	810.760,32

Nos activos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em viaturas, em órgãos de substituição;

Nos activos intangíveis são as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários.

Os trabalhos para a própria empresa relativos a inventários, referem-se a reparações e recuperações de peças.

29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2014	2013
Mercadorias	211.393,54	257.590,48
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.800.068,14	7.134.086,96
Activos biológicos		
	7.011.461,68	7.391.677,44

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 381 mil euros e é justificada da seguinte forma:

Nas mercadorias, menos 46 mil euros, embora houvesse um aumento na quantidade de suportes vendidos, a diferença resulta da redução do preço unitário de compra das aquisições deste exercício;

Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, menos em 334 mil euros que no ano anterior. Foi o custo do consumo de gasóleo que contribuiu para esta diferença, menos 432 mil euros. O

custo dos consumos dos restantes bens, aumentaram 98 mil euros, destes, os mais significativos foram os pneus e acessórios para transmissão e respectivos órgãos.

O custo médio de consumo foi de 0,99 euros por litro e no ano anterior de 1,04 euros.

30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	2.483,76	1.929,52
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	156.235,78	184.911,54
Publicidade e propaganda	18.962,71	25.805,12
Vigilância e segurança	122.408,88	120.308,88
Honorários	19.024,00	24.663,04
Comissões	165.912,53	165.350,91
Conservação e reparação	347.993,51	358.258,59
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.489,59	3.886,45
Livros e documentação técnica	542,89	565,42
Material de escritório	7.802,06	5.247,79
Artigos para oferta		
Outros	23.415,46	9.164,78
Energia e fluidos:		
Electricidade	84.909,73	100.297,32
Combustíveis	32.995,88	38.360,48
Água	18.885,60	19.711,82
Outros fluidos	4.509,58	5.895,20
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	3.439,30	2.920,57
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	11.435,97	12.233,18
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	7.625,40	5.935,54
Comunicação	83.818,25	86.556,72
Seguros	491.705,34	510.486,16
Royalties		
Contencioso e notariado	2.576,67	938,22
Despesas de representação	848,06	842,82
Limpeza, higiene e conforto	135.257,40	133.724,30
Outros serviços	95.922,53	104.448,17
	1.843.200,88	1.922.442,54

Esta rubrica, fornecimentos e serviços externos, reduziu em 79 mil euros.

Em relação às variações, nada a registar, revelando-se relativamente estáveis com excepção dos trabalhos especializados.

31. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	212.674,60	198.119,20
Remunerações do pessoal	8.518.654,67	9.225.243,24
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações	934.588,07	
Encargos sobre remunerações	1.912.434,52	2.066.822,88
Seguros de acid. trabalho e doenças profissionais	125.389,45	133.534,37
Gastos de acção social	793,52	656,25
Outros gastos com o pessoal	1.338,32	40.625,27
	11.705.873,15	11.665.001,21

Nos gastos com pessoal, um aumento em cerca de 40 mil euros, pelos seguintes motivos:

- O pagamento de 935 mil euros de compensações a trabalhadores por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
- Nas remunerações em geral e respectivos encargos, uma redução em 853 mil euros, justificado essencialmente pela saída de trabalhadores e pelas reposições e cortes nas remunerações impostas pelo Governo da República;
- Nos restantes gastos desta rubrica nada de significativo a relevar.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, do Grupo HF em 31 de Dezembro de 2014 e 2011, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2014	2013
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	3	11
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	25	26
Profissionais semi-qualificados	465	494
Contratados a prazo	-	6
	510	554

32. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Desempenho de cargos sociais noutras empresas		22.050,00
Obras para terceiros	108.101,12	161.211,61
Sucatas / desperdícios	5.718,72	7.432,31
Cedências para terceiros existências	196.711,77	186.999,45
Despesas debitadas a terceiros	80.322,48	68.726,07
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	106.880,09	58.460,73
Desp. embates e imob. de viaturas	9.098,91	13.203,57
Outros rendimentos suplementares	34,42	21,52
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.868,27	21.653,41
Ganhos em inventários	9.502,19	55.829,77
Investimentos rest. Activos financeiros		4.045.105,55
Investimentos não financeiros	12.642,45	4.280,00
Subsídios ao investimento	474.291,52	639.346,90
Juros obtidos	2.022,60	3.458,54
Outros	215.857,75	126.918,63
	1.227.052,29	5.414.698,06

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de mais 4.188 mil euros. Abaixo descrevemos as mais significativas:

- Em desempenho de cargos sociais noutras empresa, pelo não recebimento por parte da Teleféricos da Madeira, pelo facto de ter sido alienada;
- Em obras para terceiros, uma redução de 53 mil euros, relacionadas com obras em viaturas da nossa parceira Carristur;
- Em investimentos, restantes activos financeiros, resulta essencialmente do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira em 4.045 mil euros efectuada no ano de 2013;
- Em investimentos não financeiros, refere-se à alienação de 1 viatura e de 16 vendas como sucata;
- Em subsídios ao investimento, uma redução em 165 mil euros, referentes ao reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e principalmente com os projectos Civitas e Hibrimac. No entanto releva-se o aumento no projecto Seemore;
- Outros rendimentos e ganhos, referem-se ao registo, neste exercício, dos resultados de 2013 da parceria com a Carristur, em 68 mil euros, bem como, da anulação dos custos de manutenção, de software, não debitados pelo fornecedor.

33. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Impostos	13.508,69	14.581,88
Perdas em inventários	3.574,29	41.244,46
Investimentos não financeiros	69.552,51	53.381,09
Donativos	29,54	338,40
Quotizações	3.491,28	3.491,28
Ofertas e amostras de inventários	415,28	1.331,96
Juros de desconto de títulos		
Juros de mora e compensatórios	1.970,18	14.084,32
Outros juros	190,97	1.049,33
Outros não especificados	33.232,03	721.534,51
Desc. P. Pag. Concedidos		31,13
	125.964,77	851.068,36

Nos outros gastos e perdas, outros não especificados, releva-se a contabilização, em 2013, a reposição do corte do subsídio de férias e respectivos encargos no valor de 653 mil euros;

34. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	2.080.109,15	2.053.263,97
Activos intangíveis	103.101,84	172.937,80
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	2.183.210,99	2.226.201,77

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis, em 27 mil euros, é resultante principalmente de bens que terminaram a sua vida útil e pela variação na adição de órgãos de substituição de viaturas;

Os activos intangíveis referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que o Grupo HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização. A variação ocorrida prende-se com a conclusão do projecto Civitas.

35. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Juros suportados	909.314,10	1.019.225,17
Outros gastos e perdas	189.693,34	261.715,47
	1.099.007,44	1.280.940,64

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

Nos juros e gastos similares suportados, em 181 mil euros, motivado praticamente pela amortização de capital, dos financiamentos, atendendo que as taxas de juro revelaram-se constantes, mas sempre com tendência a descer;

Nos outros gastos e perdas, em 72 mil euros, deveu-se à reestruturação dos empréstimos, junto da Caixa Geral de Depósitos, em 2013, que teve como consequência a cobrança de serviços bancários e aumento das comissões contratuais, justificando-se assim os valores apresentados em relação ao presente exercício.

36. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Descrição	2014	2013
Repsol Portuguesa, S.A.	175.000,00	175.000,00
Spinerg Soluções Energia, S.A.	28.000,00	28.500,00
	203.000,00	203.500,00

A variação em relação ao exercício anterior, deve-se ao facto de ter sido reduzida a garantia prestada à Spinerg aquando de renovação do contrato.

Para além do acima referido, em 31 de Dezembro de 2014, existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir financiamentos obtidos, no montante 13.446.923,14 e em igual dia do ano anterior, 16.456.010,77 euros.

37. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo HF.



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 34.171.456 euros e um total de capital próprio de 11.979.962 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 646.969 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o capital próprio consolidado da Empresa se apresentar positivo em virtude das revalorizações efectuadas, no período de 2010, aos imóveis de propriedade da Empresa Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., incluída no perímetro de consolidação, conforme referido nas notas 3.2, 3.3 e 6 do Anexo consolidado. Estas revalorizações foram novamente validadas por avaliações externas efectuadas por um perito externo em 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente na Empresa Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.. Tendo em consideração os resultados transitados consolidados acumulados negativos assim como o resultado consolidado negativo do exercício, o Grupo encontra-se dependente da capacidade de articulação futura dos rendimentos com os gastos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se prevê venha a ocorrer em 2015.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

27 de Março de 2015



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**

Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00

Fax: +351 22 010 23 12

Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade e da gestão dos negócios desenvolvidos pelo conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação de contas e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas consolidadas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Acompanhámos e verificámos os trabalhos desenvolvidos para a obtenção das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- a) Estabelecimento de critérios valorimétricos uniformes para todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação;
- b) A eliminação dos valores resultantes das ligações entre as sociedades que fazem parte da consolidação;
- c) Outros aspectos definidos pelas regras de consolidação estabelecidas no normativo aplicável.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, sem reservas e com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo constituído pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

27 de Março de 2015



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)